



Grupo da Aliança Progressista dos  
**Socialistas & Democratas**  
No Parlamento Europeu

Parlamento Europeu  
Rue Wiertz 60  
B-1047 Bruxelas  
T +32 2 284 2111  
F +32 2 230 6664  
[www.socialistsanddemocrats.eu](http://www.socialistsanddemocrats.eu)

Bruxelas, 15 de abril 2020

Posição escrita S&D

## **Uma abordagem progressiva sensível à dimensão de género para a crise COVID-19**

A crise económica e de saúde global e europeia provocada pelo vírus COVID-19 revela os limites e as contradições das nossas sociedades e dos nossos sistemas socioeconómicos e aprofunda as desigualdades existentes. Como testemunhámos em crises anteriores, as mulheres são as mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, as mais vitais para a manutenção da vida pública, para os serviços essenciais e para a recuperação. Elas são também as mais afetadas, imediatamente e a longo prazo.

As mulheres estão na linha de frente da pandemia COVID-19: por estarem desproporcionalmente representadas em profissões onde a exposição ao vírus é alta, trabalhando em hospitais, lojas, escolas e lares. 70% da força de trabalho global nos campos da saúde e social, são mulheres: médicas, enfermeiras e profissionais de saúde; lojistas, empregadas e empregadas de limpeza, estas, muitas vezes, recebendo apenas o salário mínimo. É graças a estas trabalhadoras na linha da frente, para as quais o distanciamento físico muitas vezes não é uma opção e que, por isso, carregam o fardo acrescido da possibilidade de transmissão do vírus aos seus familiares, que os nossos sistemas económicos, sociais e de saúde, a nossa vida pública e atividades essenciais, são mantidos. Ao mesmo tempo, as mulheres, nestes setores, raramente são envolvidas na tomada de decisões.

As mulheres e as raparigas estão agora ainda mais expostas à violência de género: dados de vários Estados-Membros mostram que o número de casos de violência contra as mulheres aumentou significativamente (30% na França, por exemplo) durante o

confinamento. Para as mulheres que vivem em relacionamentos abusivos, ser forçadas a ficar sob mesmo teto que o seu agressor devido às medidas de isolamento social pode ser tão perigoso quanto qualquer vírus. Os feminicídios não contam para a estatística oficial de óbitos do COVID-19, mas correm o risco de estarem relacionados com o surto e com as medidas de confinamento tomadas durante esse período. Além disso, o acesso limitado a serviços como casas-abrigo para mulheres e linhas de apoio, que atualmente correm o risco de serem fechados, deixam as mulheres sem lugar para onde ir e procurar ajuda. Novos constrangimentos financeiros após esta crise tornarão ainda mais difícil as mulheres e raparigas deixarem os seus abusadores.

As mulheres correm o risco de ter acesso restrito à contraceção, (pré-) assistência à saúde materna e serviços de aborto seguro: devido à situação extraordinária vivida nos sistemas de saúde, e à medida que serviços e bens públicos essenciais se tornam mais limitados, as mulheres arriscam perder o direito fundamental aos serviços de saúde. Como se verificou em epidemias passadas (incluindo Ébola e Zika), os esforços para conter os surtos, muitas vezes, desviam recursos de serviços de saúde rotineiros, incluindo cuidados de saúde pré e pós-natal e contraceptivos, e muitas vezes exacerbam o acesso já limitado a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Atualmente, até testemunhamos tentativas legais de recurso do direito ao aborto num Estado-membro. As adolescentes, em especial, precisam de ter acesso garantido. Além disso, as necessidades críticas incluem o acesso ao parto seguro, particularmente no caso de complicações, disponibilidade de contraceção e provisões para a gestão clínica em caso de violação.

Em tempos normais, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas não remuneradas e o trabalho de cuidadoras em casa. Como resultado da crise atual e das medidas tomadas, o trabalho não remunerado das mulheres aumenta: escolas e creches fechadas, necessidade de cuidar das crianças e ensiná-las em casa, parentes idosos que precisam de ajuda com tarefas, fazem as mulheres enfrentar um aumento do seu fardo emocional, mental e social. Equilibrar o teletrabalho e as responsabilidades familiares, que não deviam ser só uma questão feminina, provoca tensão adicional, em especial para pais solteiros, que são principalmente mulheres (85%). Isto pode conduzir a piores resultados profissionais em comparação com seus pares masculinos, facto que se pode tornar crucial quando as empresas começarem a trabalhar "em pleno" novamente. A recuperação não será instantânea, perder-se-ão muitos empregos e as horas de trabalho

serão reduzidas, tal como em crises anteriores. Os efeitos a longo prazo desta crise provavelmente afetarão, de novo, as mulheres mais severamente por causa de um mandato social de género em relação ao trabalho de cuidador. Em todas as crises e lugares, os empregos masculinos recuperaram mais cedo do que os femininos.

As mulheres serão fortemente atingidas do ponto de vista económico, também a longo prazo, como mostra a história: com a ameaça de uma crise económica iminente, grupos vulneráveis de mulheres, incluindo, entre outras, as mães solteiras, as mulheres migrantes e as mulheres com empregos mais mal pagos, precários e a tempo parcial, serão afetadas pelas consequências económicas da crise, arriscando a pobreza, o desemprego, a exclusão social ou a falta de habitação. Este foi já o caso na crise de 2008 e temos que garantir que, desta vez, reagiremos de forma diferente e atempada para evitar o pior. Há, portanto, uma razão legítima para a preocupação com as severas perdas de emprego em profissões dominadas por mulheres – muitas mulheres, além de já trabalharem em condições precárias, não serão remuneradas se não estiverem a trabalhar e não terão direito a baixa médica remunerada ou mesmo esquemas de proteção no desemprego, reforçando ainda mais o fosso de género nas pensões.

**O fardo desproporcional imposto às mulheres durante e após esta pandemia requer uma abordagem progressiva e sensível ao género, tanto para ações imediatas quanto de longo prazo, ao nível nacional e na UE.**

**O Grupo S&D no Parlamento Europeu requer:**

ACÇÕES IMEDIATAS SENSÍVEIS À DIMENSÃO DO GÉNERO:

- Garantir investimentos públicos imediatos direcionados para atender as necessidades das prestadoras de serviços de saúde, tais como equipamentos de proteção, incluindo produtos sanitários.
- Inclusão da experiência de todos os géneros no tratamento da crise; porque onde as decisões são tomadas sobre as questões das mulheres, as mulheres têm que ter voz.
- Garantir apoio e disponibilidade de linhas de ajuda, plataformas digitais e aplicações para telefone, aconselhamento jurídico e abrigos para mulheres expostas à violência de género, baseando-se em exemplos de boas práticas (como redes de farmácias, aplicações online); providenciar formação sensível ao

gênero para cuidadores de saúde e realizar campanhas de conscientização sobre o risco de aumento da violência de gênero, incluindo informações sobre disponibilidade de serviços de apoio adequados. Garantir a disponibilidade de financiamento de emergência para organizações da sociedade civil, incluindo casas-abrigo para mulheres, apoio às vítimas de violência ou assistência a mulheres que precisem de ajuda; garantir o acesso à justiça e proteção policial para as mulheres afetadas.

- Garantir o acesso à assistência médica, psicológica e social de qualidade a todas as mulheres, inclusive à saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), tais como contraceção de emergência, aborto e produtos sanitários, incluindo soluções flexíveis no que diz respeito ao aconselhamento on-line e certificados on-line. Todos os serviços de maternidade devem estar disponíveis e adequadamente equipados e com recursos. Todos os esforços devem ser direcionados para não permitir que os opositores da SDSR abusem desta crise como um meio de limitação dos direitos das mulheres, como o direito ao aborto.
- Direitos alargados à baixa remunerada, ao teletrabalho, ao tempo de trabalho reduzido e à melhoria da proteção social das mulheres em situação precária de emprego ou que já perderam os seus empregos; estabelecimento de redes de segurança socioeconómica para mulheres em emprego precário ou com contratos precários; proteção contra o despejo e soluções flexíveis no que diz respeito ao adiamento dos pagamentos de renda, eletricidade, água etc.
- Apoio a pequenas e médias empresas lideradas por mulheres durante e após a crise.
- Garantir o acesso gratuito à assistência infantil para todos os tipos de pais e de famílias que trabalham em serviços essenciais e maior apoio às famílias vulneráveis, incluindo aquelas que cuidam de familiares com deficiência.
- Prestar serviços a mulheres migrantes e sem-abrigo, especialmente aquelas que estão atualmente a ser afastadas das instalações de acolhimento; e aumento de fundos para minorar os riscos das mulheres que estão em campos de refugiados, superlotados, muitas vezes expostas a situações de violência sexual.
- Ações direcionadas para mulheres com deficiência e mulheres mais velhas com acesso limitado ou sem acesso a serviços continuados e de qualidade; e para mulheres com problemas de saúde mental, como ansiedade, solidão e depressão.

- Apoiar o acesso contínuo das crianças, especialmente das raparigas, à educação, o que pode ser afectado pelo encerramento das escolas, tal como já se viu em pandemias anteriores.
- Apoiar mulheres e raparigas em todo o mundo, que são também as mais afetadas pela crise. Garantir que todo o apoio financeiro dado aos países parceiros para lidar com a crise seja devidamente destinado a elas, de modo a garantir o acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), evitar o trabalho das raparigas e evitar que o confinamento conduza a uma diminuição de autonomia para mulheres e raparigas em todo o mundo.

#### AÇÕES A LONGO PRAZO SENSÍVEIS À DIMENSÃO DO GÉNERO:

- A aplicação da integração do género em todas as áreas da estratégia de recuperação, inclusive na estratégia económica, é fundamental.
- Nivelar significativamente os salários e as condições de trabalho em setores fortemente dominados por mulheres, como a assistência, a saúde e as vendas, para que as mulheres tenham sempre o pagamento que merecem e não apenas em tempos de crise; eliminar a segregação setorial, o fosso salarial e de pensões através de medidas de vinculação estrutural e não apenas relacionadas com a crise; as mulheres devem ser parte da solução participando, por exemplo, na pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico.
- Possibilitar uma representação mais justa das mulheres nos processos de tomada de decisão na política, bem como nas administrações das empresas, através de cotas, reserva de lugares e listas paritárias, porque isso ajudará a atenuar os impactos da pandemia a longo prazo sobre as mulheres.
- Quebrar os impactos da crise por género para basear as nossas políticas de saúde, recuperação social e económica em dados de qualidade, segregados por género, visto que as evidências científicas já mostraram o impacto diferenciado por género em crises anteriores.

**É essencial que as mulheres não sejam esquecidas, nem lembradas tarde demais na resposta a esta crise.**

**A COVID- 19 aumenta as desigualdades de género existentes e, portanto, requer soluções adequadas e sensíveis ao género.**